



Concurso Público para provimento de cargos de
Analista Judiciário
Área/Especialidade Fiscal de Arrecadação

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'L', Tipo 003

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

00001-0001-001

ASSINATURA DO CANDIDATO

P R O V A

Conhecimentos Básicos
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 70 questões, numeradas de 1 a 70.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida consulta de qualquer natureza ou espécie.
- Você terá 4 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver este caderno e sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS BÁSICOS**

Atenção: As questões de números 1 a 10 baseiam-se no texto apresentado abaixo.

Liberdade minha, liberdade tua

Uma professora do meu tempo de ensino médio, a propósito de qualquer ato de indisciplina ocorrido em suas aulas, invocava a sabedoria da frase "A liberdade de um termina onde começa a do outro". Servia-se dessa velha máxima para nos lembrar limites de comportamento. Com o passar do tempo, esqueci-me de muita coisa da História que ela nos ensinava, mas jamais dessa frase, que naquela época me soava, ao mesmo tempo, justa e antipática. Adolescentes não costumam prezar limites, e a ideia de que a nossa (isto é, a minha...) liberdade termina em algum lugar me parecia inaceitável. Mas eu também me dava conta de que poderia invocar a mesma frase para defender aguerridamente o meu espaço, quando ameaçado pelo outro, e isso a tornava bastante justa... Por vezes invocamos a universalidade de um princípio por razões inteiramente egoístas.

Confesso que continuo achando a frase algo perturbadora, provavelmente pelo pressuposto que ela encerra: o de que os espaços da liberdade individual estejam distribuídos e demarcados de forma inteiramente justa. Para dizer sem meias palavras: desconfio do postulado de que todos sejamos igualmente livres, ou de que todos dispomos dos mesmos meios para defender nossa liberdade. Ele parece traduzir muito mais a aspiração de um ideal do que as efetivas práticas sociais. O egoísmo do adolescente é um mal dessa idade ou, no fundo, subsiste como um atributo de todas?

Acredito que uma das lutas mais ingentes da civilização humana é a que se desenvolve, permanentemente, contra os impulsos do egoísmo humano. A lei da sobrevivência na selva – lei do instinto mais primitivo – tem voz forte e procura resistir aos dispositivos sociais que buscam controlá-la. Naquelas aulas de História, nossa professora, para controlar a energia desbordante dos jovens alunos, demarcava seu espaço de educadora e combatia a expansão do nosso território anárquico. Estava ministrando-nos na prática, ao lembrar os limites da liberdade, uma aula sobre o mais crucial desafio da civilização.

(Valdeci Aguirra, inédito)

1. A frase invocada nas aulas de História constitui o centro das presentes reflexões do autor do texto, que a explora, fundamentalmente, como expressão
- (A) da dificuldade que aflige os adolescentes, quando tentam justificar seu egoísmo alegando os mais nobres princípios.
 - (B) da ambiguidade medular dos processos históricos, representada na indecisão entre a escolha da liberdade ou da justiça.
 - (C) das atribuições que todo professor bem intencionado precisa enfrentar, diante de jovens rebeldes e problemáticos.
 - (D) dos impasses que a civilização provoca, ao pretender conciliar a fragilidade dos instintos e o sentimento da liberdade.
 - (E) da histórica batalha que se trava entre os nossos impulsos mais primitivos e a necessária estruturação da ordem social.

2. Está clara e correta esta nova redação de uma frase do texto:
- (A) Com vistas ao controle de nossos ímpetos, ela se propunha debelar-se contra o nosso insipiente anarquismo.
 - (B) Ela atribuía o sentido da velha frase ao propósito de refrear nossos atos de fragilante indisciplina.
 - (C) Ao ouvir aquela frase, que nunca mais me esqueci, soava-me a um só tempo tão justa quanto antipática.
 - (D) O que essa frase me causa espécie está na pressuposição de haver nela uma justa distribuição dos espaços de liberdade.
 - (E) Afirmo, sem tergiversar: custa-me crer que dispo-nhamos todos dos mesmos meios para preservar nossa liberdade.
3. Considerando-se o sentido geral e conclusivo do texto, o título **Liberdade minha, liberdade tua** tem significação equivalente à da seguinte formulação:
- (A) Nossas liberdades exercem-se paralelamente.
 - (B) Minha liberdade nada tem a ver com a tua.
 - (C) A minha e a tua liberdade devem conciliar-se.
 - (D) A tua e a minha liberdade são essencialmente a mesma.
 - (E) Tua liberdade acaba por eliminar a minha.
4. Atente para as afirmações abaixo.
- I. No primeiro parágrafo, a última frase expressa uma verdade geral que se depreendeu da análise de uma situação particular.
 - II. No segundo parágrafo, a perturbação confessada pelo autor do texto advém do reconhecimento de que todos os adolescentes são egoístas.
 - III. No terceiro parágrafo, a lei do mais forte é invocada para explicar por que idealizamos os nossos mais primitivos instintos.
- Em relação ao texto, está correto APENAS o que se afirma em
- (A) I.
 - (B) II e III.
 - (C) I e II.
 - (D) III.
 - (E) II.
5. Os dois casos de emprego de reticências, no primeiro parágrafo, têm em comum o fato de servirem a um enunciado
- (A) que conclui a lógica da argumentação em curso.
 - (B) independente e sem consecução lógica.
 - (C) cuja intenção é expressar uma ironia.
 - (D) que ratifica a afirmação imediatamente anterior.
 - (E) sem conexão lógica com a afirmação anterior.
6. Considerando-se o contexto, a alternativa em que NÃO se traduz com equivalência de sentido uma expressão do texto é:
- (A) *resistir aos dispositivos sociais* (3º parágrafo) = sublevar as imposturas da sociedade.
 - (B) *Servia-se dessa velha máxima* (1º parágrafo) = recorria a esse antigo adágio.
 - (C) *para defender aguerridamente* (1º parágrafo) = a fim de resguardar com denodo.
 - (D) *desconfio do postulado* (2º parágrafo) = suspeito da premissa.
 - (E) *subsiste como um atributo* (2º parágrafo) = remanesce como uma característica.



7. Atente para as frases abaixo.
- I. Todos queremos defender nossa liberdade, tornar-lhe imune a qualquer restrição, proclamar-lhe aos quatro ventos.
- II. Sim, o egoísmo é uma inclinação natural, mas acatar-lhe é curvar-se a um instinto primitivo; cumpre, a todo custo, restringi-lo a violência.
- III. As palavras daquela frase ressoaram fortemente em nossa consciência arrogante, abalaram-na, retiraram-lhe o falso triunfalismo.
- Está plenamente adequado o emprego de pronomes em
- (A) III, apenas.
 (B) I, II e III.
 (C) I e II, apenas.
 (D) II e III, apenas.
 (E) I e III, apenas.

8. No contexto, estabelecem entre si uma oposição de sentido os seguintes segmentos:
- (A) *limites da liberdade e crucial desafio da civilização.*
 (B) *prezar limites e demarcava seu espaço.*
 (C) *aspiração de um ideal e efetivas práticas sociais.*
 (D) *energia desbordante e expansão do nosso território anárquico.*
 (E) *não costumam prezar limites e território anárquico.*

9. O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se no **plural** para preencher corretamente a lacuna da frase:
- (A) Um desafio que aos homens sempre se (**impor**), em razão dos seus impulsos egoístas, está em respeitar o espaço alheio.
 (B) (**costumar**) seguir os nossos atos de indisciplina a invocação das sábias palavras daquela velha frase.
 (C) Entre os adolescentes não (**ser**) de hábito respeitar os limites da liberdade individual.
 (D) A ninguém da classe (**deixar**) de tocar, naquela época, seus alertas contra o nosso anarquismo.
 (E) Nas aulas em que (**cabem**) invocá-las, a professora repetia as palavras daquele velho ditado.

10. É preciso **corrigir**, por incoerente, a redação da seguinte frase:
- (A) A par das lições de História, a professora nos ministrava as de conduta, que acabaram por se revelar as mais duradouras.
 (B) A menos que se considere a realidade prática, nos ideais buscamos projetar os valores que a aperfeiçoariam.
 (C) Aquela frase sempre me pareceu perturbadora, conquanto tenham variado as razões para assim considerá-la.
 (D) Ainda que se considerem naturais certos impulsos egoístas, há que combatê-los e tentar superá-los.
 (E) Malgrado a tendência anárquica dos jovens, muitos se mostram receptivos à máxima que postula limites para a liberdade.

Atenção: As questões de números 11 a 16 baseiam-se no texto apresentado abaixo.

Legalidade e legitimidade

*A **legalidade** funda-se em um forte conceito ético, que é a **legitimidade**. O poder que impõe a legalidade deve ser um poder legítimo. Modernamente, não se aceita mais a legalidade como conceito meramente formal. Para que a limitação à esfera individual seja válida, deve ser o poder que a impõe legítimo.*

Os estados de regimes políticos autoritários possuem uma esfera de poder hipertrofiada em relação ao direito. Com isso, a legitimidade do poder torna-se questionável. As limitações impostas à liberdade, por conseguinte, não seriam éticas, legítimas, e, portanto, o direito fundamental estaria sendo desrespeitado. O legalismo cego e formal pode tornar-se arma para referendar abuso de poder e restrição ilegítima às liberdades individuais. Percebe-se, então, que, a despeito de ser atualmente o direito fundamental de liberdade assegurado em documentos legais ao redor do mundo, existe uma conotação ética que lhe serve de razão última e principal.

A restrição à liberdade pela legalidade deve ser formalmente e materialmente válida: formalmente, quanto às regras preestabelecidas de formação, limites e conteúdo da lei; materialmente, quanto à legitimidade tanto das regras preestabelecidas quanto do poder que impõe as leis e que se encarrega de garantir seu cumprimento.

O conteúdo das leis é também fonte de considerações éticas. Pode uma lei ser formalmente válida e emanada de poder legítimo, e mesmo assim ser moralmente considerada inválida, enquanto limitadora do conteúdo das liberdades. Daí concluir-se que a legitimidade do poder não é suficiente para que a legalidade seja legítima; é necessário também que o conteúdo das leis seja expressão da soberania popular.

(Adaptado de Marco Aurélio Alves Adão, Procurador da República. <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=19>)

11. Depreende-se da leitura do texto que a legalidade e a legitimidade
- (A) estabelecem entre si uma relação hipotética e meramente formal.
 (B) devem articular-se para estabelecer um forte conceito ético.
 (C) derivam de um mesma fonte ética, razão pela qual é difícil distingui-las.
 (D) estabelecem entre si, na ordem dada, uma relação de causa e efeito.
 (E) devem articular-se de modo que a segunda embase a primeira.



12. O desenvolvimento do terceiro parágrafo se dá de modo a enfatizar
- (A) a subordinação do aspecto material ao aspecto formal.
 - (B) o aspecto formalmente válido da restrição à liberdade.
 - (C) o aspecto materialmente válido da restrição à liberdade.
 - (D) a independência entre o aspecto formal e o material.
 - (E) a equivalência de importância entre o aspecto formal e o material.

13. *Os estados de regimes políticos autoritários possuem uma esfera de poder hipertrofiada em relação ao direito.*

Na frase acima (2º parágrafo), afirma-se que

- (A) o autoritarismo próprio dos estados hipertrofia o poder político em face da esfera do direito.
- (B) a identificação de um estado autoritário se estabelece quando a hipertrofia da esfera da política implica a hipertrofia do campo do direito.
- (C) a esfera do direito, nos regimes políticos autoritários, resulta atrofiada em relação à do poder do estado.
- (D) a esfera do direito, nos regimes políticos autoritários, é parte da atrofia da esfera do poder estatal.
- (E) o poder abusivo do estado é a razão pela qual o direito é excluído dos regimes políticos autoritários.

14. Atente para as afirmações abaixo.

- I. O legalismo, tomado em sentido estrito e puramente formal, pode vir a ser um dispositivo nocivo, inteiramente alheio aos princípios éticos.
- II. É inadmissível que ocorram na esfera do direito, qualquer que seja a circunstância, restrições às liberdades individuais.
- III. A legitimidade do poder é uma condição necessária e bastante para tornar o conteúdo das leis uma expressão da vontade popular.

Em relação ao texto, está correto APENAS o que se afirma em

- (A) II e III.
- (B) I e II.
- (C) III.
- (D) II.
- (E) I.

15. Está correta a seguinte observação sobre uma passagem do texto:

- (A) Em *e mesmo assim ser moralmente considerada inválida* (4º parágrafo), o elemento sublinhado pode ser substituído por **e não obstante isso**.
- (B) Em *Para que a limitação à esfera individual seja válida* (1º parágrafo), expressa-se a causa de uma consequência desejável.
- (C) Em *deve ser o poder que a impõe legítimo* (1º parágrafo), o termo sublinhado pode ser substituído por **legitimamente**.
- (D) Em *As limitações impostas à liberdade, por conseguinte, não seriam éticas* (2º parágrafo), a expressão sublinhada indica uma premissa.
- (E) Em *A restrição à liberdade pela legalidade deve ser formalmente e materialmente válida* (3º parágrafo), o termo sublinhado qualifica *liberdade*.

16. Está plenamente adequada a pontuação da frase:

- (A) Uma lei poderá ser, formalmente, mas não moralmente válida, no caso de vir a limitar em essência, o conteúdo da liberdade.
- (B) No caso de o conteúdo das leis, não expressar a soberania popular estará prejudicada a legitimidade do poder.
- (C) Torna-se questionável, a legitimidade do poder, quando ocorre uma hipertrofia: da esfera política em relação à do direito.
- (D) Não são éticas as limitações impostas à liberdade, quando, desrespeitado o direito fundamental, pela ação abusiva e autoritária do estado.
- (E) Pode o legalismo abstruso e formal tornar-se, eventualmente, uma arma, servindo de referendo para o abuso de poder ou para indevidas restrições.

Atenção: As questões de números 17 a 20 baseiam-se no texto apresentado abaixo.

Acerca de Montaigne

Montaigne, o influente filósofo francês do século XVI, foi um conservador, mas nada teve de rígido ou estreito, muito menos de dogmático. Por temperamento, foi bem o contrário de um revolucionário; certamente faltaram-lhe a fé e a energia de um homem de ação, o idealismo ardente e a vontade. Seu conservadorismo aproxima-se, sob certos aspectos, do que no século XIX viria a ser chamado de liberalismo.

Na concepção política de Montaigne, o indivíduo deve ser deixado livre dentro do quadro das leis, e a autoridade do Estado deve ser a mais leve possível. Para o filósofo, o melhor governo será o que menos se fizer sentir; assegurará a ordem pública sem invadir a vida privada e sem pretender orientar os espíritos. Montaigne não escolheu as instituições sob as quais viveu, mas resolveu respeitá-las, a elas obedecendo fielmente, como achava correto num bom cidadão e súdito leal. Que não lhe pedissem mais do que o exigido pelo equilíbrio da razão e pela clareza da consciência.

(Adaptado da introdução aos **Ensaios**, de Montaigne. Trad. de Sergio Milliet. S. Paulo: Abril, **Os Pensadores**, 1972.)

17. Há no primeiro parágrafo afirmações que induzem o leitor a identificar:

- I. um conservador típico como alguém rígido, limitado e dogmático.
- II. um revolucionário como alguém ativo, idealista, dotado de fé, energia e vontade.
- III. um conservador do século XVI com um liberal do século XIX.

Completa corretamente o enunciado desta questão o que está em

- (A) I e III, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I, II e III.
- (D) I e II, apenas.
- (E) II e III, apenas.



<p>18. Quando o autor afirma que Montaigne <i>foi bem o contrário de um revolucionário</i>, está buscando destacar</p> <p>(A) a contribuição do pensador como um entusiasta da soberania do Estado.</p> <p>(B) o individualismo que norteou sua conduta e seu pensamento político.</p> <p>(C) o conservadorismo e o anacronismo do pensamento do filósofo.</p> <p>(D) a influência que o filósofo exerceu sobre as instituições da época.</p> <p>(E) a franca insurgência do pensador contra as tendências libertárias da época.</p>	<p><u>Atenção:</u> As questões de números 21 a 25 referem-se ao Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.</p> <p>21. Ao Conselho da Magistratura, dentre outras atribuições, compete</p> <p>(A) suspender a execução de liminar concedida pelos Juízes de primeiro grau em ação civil pública.</p> <p>(B) opinar, no que couber, sobre pedidos de renovação, permutas, férias e licenças dos Juízes de Direito.</p> <p>(C) apreciar os relatórios dos Juízes de Direito.</p> <p>(D) determinar correições extraordinárias, gerais ou parciais.</p> <p>(E) processar e julgar as suspeições opostas a Juízes Cíveis e Criminais, quando não reconhecidas.</p>
<p>19. Na concepção política de Montaigne,</p> <p>(A) a ausência do Estado se justifica quando os ideais da vida privada são por si mesmos capazes de orientar a instância pública.</p> <p>(B) o governo, em sua disposição liberal, deve atuar como uma espécie de mentor ideológico da esfera individual.</p> <p>(C) o Estado, como instituição pública, deve adequar-se ao papel que lhe atribui a vontade soberana da população.</p> <p>(D) as leis que emanam do Estado devem ser respeitadas pelos cidadãos, em cuja vida privada ele evitará interferir.</p> <p>(E) os bons e leais cidadãos devem obediência às instituições, ainda que com sacrifício dos ditames da consciência e da racionalidade.</p>	<p>22. A respeito das eleições, é correto afirmar:</p> <p>(A) considerar-se-á eleito Presidente, Vice-Presidente, Corregedor de Justiça e o membro do Conselho da Magistratura, o Desembargador que, no respectivo escrutínio, obtiver a maioria simples dos votos dos presentes.</p> <p>(B) o Presidente, o Vice-Presidente, os Corregedores de Justiça e os membros do Conselho da Magistratura serão eleitos para mandato de dois anos, permitida a reeleição para mais um período.</p> <p>(C) na elaboração da lista de advogados para integrar o Tribunal Regional Eleitoral, cada Desembargador votará em seis nomes, considerando-se eleitos os que tiverem obtido a maioria absoluta de votos dos presentes.</p> <p>(D) o Desembargador eleito para o cargo de direção no Tribunal de Justiça ou para o Tribunal Regional Eleitoral, como membro efetivo, não perderá, ao ser empossado, a titularidade de outra função eletiva.</p> <p>(E) os Desembargadores que estiverem no efetivo exercício de cargo de direção no Tribunal de Justiça podem ser eleitos, em sessão do Tribunal Pleno, para integrar o Tribunal Regional Eleitoral.</p>
<p>20. Está clara e correta a redação do seguinte comentário sobre o texto:</p> <p>(A) Montaigne pronuncia-se contra as restrições, quando as mesmas ocorrem na vida privada, com exigências contrárias à razão de sua consciência.</p> <p>(B) Como sugere o autor do texto, encontra-se em Montaigne raízes de um pensamento liberal, vindo a se constituir propriamente no século XIX.</p> <p>(C) Ainda quando não admitisse interferência do Estado na vida privada, de modo algo paradoxal, Montaigne obedecia lealmente a essas leis.</p> <p>(D) Se Montaigne não foi responsável pelas instituições vijentes, por outro lado também as acatava, como súdito bom e fiel que prezava ser.</p> <p>(E) O aspecto liberal do pensamento de Montaigne revela-se, sobretudo, quando defende a esfera individual e os valores da vida privada.</p>	<p>23. Do funcionamento do Tribunal, é INCORRETO afirmar:</p> <p>(A) O Conselho da Magistratura será presidido pelo Vice-Presidente do Tribunal.</p> <p>(B) O Tribunal Pleno, tanto nas reuniões ordinárias como extraordinárias, será presidido pelo Presidente do Tribunal.</p> <p>(C) O Tribunal Pleno funcionará com dois terços de seus membros, ou com a maioria absoluta, conforme o caso, sendo substituídos os Desembargadores, impedidos ou licenciados.</p> <p>(D) O Tribunal Pleno realizará quatro sessões ordinárias por mês, apreciando tanto as questões administrativas quanto os julgamentos.</p> <p>(E) Em caso de férias de membros das Câmaras, comporá automaticamente o quorum, observada sempre que possível a ordem decrescente de antiguidade, nas Câmaras Cíveis Reunidas, os membros das Câmaras Criminais Reunidas.</p>



24. Os advogados dos recorrentes poderão proferir sustentação oral, dentre outros processos, nos
- (A) conflitos de competência.
 - (B) reexames necessários.
 - (C) embargos infringentes.
 - (D) agravos regimentais.
 - (E) agravos de instrumento.
-
25. Haverá revisão, dentre outros processos,
- (A) nos agravos de instrumento.
 - (B) nas apelações em processos de rito sumário.
 - (C) nas apelações em processos de despejo.
 - (D) nos recursos em sentido estrito.
 - (E) nas revisões criminais.
-
- Atenção:** As questões de números 26 a 30 referem-se ao Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis – Lei nº 5.810/94.
-
26. A critério da administração, poderá ser concedida ao servidor estável, licença para o trato de assuntos particulares, pelo prazo de até
- (A) seis meses consecutivos, com remuneração, sendo vedada a concessão de nova licença antes de decorrido três meses do término da anterior.
 - (B) dois anos consecutivos, sem remuneração, podendo a licença ser interrompida a qualquer tempo a pedido do servidor ou no interesse do serviço.
 - (C) um ano consecutivo, sem remuneração, podendo a licença ser interrompida a qualquer tempo a pedido do servidor ou no interesse do serviço.
 - (D) dois anos consecutivos, com remuneração, podendo a licença ser interrompida a qualquer tempo a pedido do servidor ou no interesse do serviço.
 - (E) um ano consecutivo, com remuneração, podendo a licença ser interrompida a qualquer tempo a pedido do servidor ou no interesse do serviço.
-
27. Deoclécio, servidor público do Tribunal de Justiça do Pará aposentado por invalidez, retornou à atividade porque uma junta médica oficial declarou insubsistente os motivos da sua aposentadoria. Neste caso, ocorreu a
- (A) readaptação.
 - (B) reversão.
 - (C) reintegração
 - (D) redistribuição.
 - (E) aproveitamento
-
28. NÃO se considera como de efetivo exercício, para todos os fins, o afastamento decorrente de
- (A) faltas abonadas, até no máximo de cinco ao mês.
 - (B) licença por motivo de doença em pessoa da família.
 - (C) casamento, até no máximo oito dias.
 - (D) férias.
 - (E) desempenho de mandato classista.
-
29. Jânia, funcionária pública efetiva do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, logrou proveito de outrem, valendo-se do cargo, em detrimento da dignidade da função pública. Ela foi demitida. Neste caso, a demissão de Jânia
- (A) incompatibiliza Jânia para nova investidura em cargo público estadual, pelo prazo de dez anos.
 - (B) incompatibiliza Jânia para nova investidura em cargo público estadual, pelo prazo de nove anos.
 - (C) não incompatibiliza a servidora para nova investidura em cargo público estadual.
 - (D) incompatibiliza a servidora para nova investidura em cargo público estadual, pelo prazo de cinco anos.
 - (E) incompatibiliza Jânia para nova investidura em cargo público estadual, pelo prazo de três anos.
-
30. Considere as assertivas abaixo a respeito da ajuda de custo.
- I. Não será concedida ajuda de custo ao servidor que afastar-se do cargo ou reassumi-lo em virtude do exercício ou término de mandato eletivo.
 - II. Não será concedida ajuda de custo ao servidor que for colocado à disposição de outro Poder, ou esfera de Governo.
 - III. À família do servidor que falecer na nova sede, serão assegurados ajuda de custo para a localidade de origem, dentro do prazo de seis meses, contado do óbito.
 - IV. Caberá ajuda de custo ao servidor designado para serviço ou estudo no exterior, a qual será arbitrada pela autoridade que efetuar a designação.
- É correto o que se afirma APENAS em
- (A) II e III.
 - (B) I e III.
 - (C) I, II e IV.
 - (D) I e IV.
 - (E) II e IV.



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. A respeito do valor da causa, é INCORRETO afirmar que será,
- (A) na ação de alimentos, a soma de doze prestações mensais, pedidas pelo autor.
- (B) na ação de cobrança de dívida, a soma do principal, da pena e dos juros vencidos até a propositura da ação.
- (C) havendo cumulação de pedidos, a quantia correspondente à soma de todos eles.
- (D) sendo alternativos os pedidos, o de maior valor.
- (E) se houver além do pedido principal também pedido subsidiário, a soma do valor de ambos.

32. Com relação aos atos das partes, considere:
- I. Atos que visam do juiz um pronunciamento sobre o mérito da causa.
- II. Alegações e Atos probatórios.
- III. Declaração de vontade da parte desistindo da ação pela perda do objeto.
- As hipóteses indicadas incluem-se, respectivamente, dentre os atos
- (A) reais, instrutórios e postulatorios.
- (B) instrutórios, decisórios e postulatorios.
- (C) reais, postulatorios e decisórios.
- (D) postulatorios, instrutórios e dispositivos.
- (E) dispositivos, reais e decisórios.

33. Quando o juiz subscreve termo de audiência, está praticando ato
- (A) anômalo.
- (B) de documentação.
- (C) instrutório.
- (D) decisório.
- (E) administrativo.

34. No que concerne aos atos da secretaria, a certidão através da qual o serventuário da sua fé de que os editais foram afixados no local de costume é ato de
- (A) conclusão.
- (B) coerção.
- (C) movimentação.
- (D) execução.
- (E) documentação.

35. Denomina-se sucumbência a
- (A) interposição do recurso adequado, de acordo com a previsão legal específica, por quem não foi prejudicado pela decisão.
- (B) falta de interposição de recurso no prazo processual estabelecido para o exercício dessa faculdade processual.
- (C) desconformidade entre o que foi pedido e o que foi concedido pelo juiz em sua decisão.
- (D) interposição, por erro grosseiro, de um recurso por outro, embora dentro do prazo legal.
- (E) inadequação do recurso interposto à previsão constante da lei vigente ao tempo em que a decisão recorrida foi proferida.

36. A respeito dos prazos processuais, pode-se afirmar que
- (A) não havendo preceito legal nem assinação pelo juiz, será de três dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte.
- (B) interrompe-se o curso do prazo pela morte de qualquer das partes, hipótese em que voltará a correr desde o início quando removida a causa da sua interrupção.
- (C) salvo disposição em contrário, computar-se-ão os prazos, incluindo o dia do começo e o do vencimento.
- (D) é defeso às partes, ainda que todas estejam de acordo, reduzir ou prorrogar os prazos peremptórios.
- (E) a extinção do direito de praticar o ato pelo decurso do prazo respectivo depende de declaração judicial.

37. A respeito do preparo, como requisito extrínseco de admissibilidade dos recursos, é correto afirmar:
- (A) a insuficiência no valor do preparo implicará deserção, se o recorrente, intimado, não vier a supri-lo no prazo de cinco dias.
- (B) o pagamento do preparo só deve ser comprovado pelo recorrente se houver impugnação da parte contrária nas contra-razões do recurso.
- (C) o porte de remessa e retorno dos autos é ônus do Estado, sendo desnecessário o recolhimento dos respectivos valores pelo recorrente.
- (D) são dispensados de preparo os recursos interpostos pelas autarquias federais, estaduais ou municipais.
- (E) não dependem de preparo os recursos interpostos pelo Ministério Público, mesmo quando atua como parte.

38. É cabível somente no processo penal o recurso
- (A) embargos infringentes.
- (B) em sentido estrito.
- (C) de apelação.
- (D) especial.
- (E) extraordinário.

39. A respeito da gratuidade dos atos processuais no processo civil, considere:
- I. A concessão dos benefícios da assistência judiciária dependerá de atestado de pobreza expedido pela autoridade policial.
- II. Se a parte beneficiada pela isenção do pagamento de custas não puder fazê-lo sem prejuízo do sustento próprio ou da família dentro de cinco anos, a contar da sentença final, a obrigação ficará prescrita.
- III. A impugnação do direito de assistência judiciária processa-se nos próprios autos e suspende o curso do processo.
- É correto o que se afirma APENAS em
- (A) I.
- (B) II.
- (C) I e II.
- (D) II e III.
- (E) I e III.



40. Quando os litisconsortes tiverem diferentes procuradores, o prazo para recorrer será
- (A) multiplicado pelo número de litisconsortes.
 - (B) contado em dobro.
 - (C) o mesmo para todos.
 - (D) contado em triplo.
 - (E) contado em quádruplo.
-
41. Considere as assertivas abaixo a respeito da fixação do valor dos emolumentos.
- I. Os valores dos emolumentos constarão de tabelas e serão expressos em moeda corrente do País.
 - II. Os atos comuns aos vários tipos de serviços notariais e de registro serão remunerados por emolumentos gerais previamente fixado, respeitando o princípio da igualdade.
 - III. Para a fixação do valor dos emolumentos, Lei Complementar Federal levará em conta a natureza pública e o caráter social dos serviços notariais e de registro.
- De acordo com a Lei nº 10.169/00, está correto o que se afirma APENAS em
- (A) II.
 - (B) I.
 - (C) I e II.
 - (D) II e III.
 - (E) I e III.
-
42. De acordo com a Lei Estadual nº 5.738/93, quando houver reclamações das partes sobre cobrança excessiva de emolumentos e despesas, o serventuário reclamado será ouvido, no prazo de 48 horas e, em igual prazo, o Juiz decidirá. Da decisão,
- (A) cabe recurso ordinário ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, sem efeito suspensivo, no prazo de 15 dias, contados da publicação.
 - (B) não cabe recurso, tratando-se de ato de competência privativa do respectivo magistrado.
 - (C) cabe recurso ordinário à Corregedoria Geral da Justiça, com efeito suspensivo, no prazo de 05 dias, contados da publicação.
 - (D) cabe recurso ordinário ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, com efeito suspensivo, no prazo de 05 dias, contados da publicação.
 - (E) cabe recurso ordinário à Corregedoria Geral da Justiça, sem efeito suspensivo, no prazo de 15 dias, contados da publicação.
-
43. De acordo com a Lei Estadual nº 5.738/93, no conflito de jurisdição
- (A) incidem emolumentos e custas na proporção de 50% do valor mínimo previsto na respectiva tabela de custas.
 - (B) incidem emolumentos, mas não incidem custas.
 - (C) não incidem emolumentos, mas incidem custas.
 - (D) incidem emolumentos e custas de acordo com a respectiva tabela de custas.
 - (E) não incidem emolumentos e custas.
-
44. Considere as informações abaixo.
- I. Número no Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, se contribuinte individual.
 - II. Número do CPF.
 - III. Número de registro da Carteira de Identidade e respectivo órgão emissor.
 - IV. Número do título de eleitor.
- De acordo com a Lei nº 6.015/73, o assento de óbito deverá conter
- (A) pelo menos uma das informações acima mencionadas.
 - (B) obrigatoriamente as informações I e II.
 - (C) obrigatoriamente as informações II e III.
 - (D) obrigatoriamente as informações II, III e IV.
 - (E) obrigatoriamente as informações II e IV.
-
45. De acordo com a Lei nº 10.169/00, o valor dos emolumentos
- (A) poderá sofrer reajuste, publicando-se as respectivas tabelas, até o último dia do ano, observado o princípio da anterioridade.
 - (B) poderá sofrer reajuste, publicando-se as respectivas tabelas, até o quinto dia útil do mês do reajuste, vigorando a partir do mês seguinte.
 - (C) não poderá sofrer reajuste, uma vez que este ato é privativo do Senado Federal, mediante a edição de Lei Ordinária.
 - (D) não poderá sofrer reajuste, uma vez que este ato é privativo do Congresso Nacional mediante a edição de Lei Complementar específica.
 - (E) não poderá sofrer reajuste, uma vez que este ato é privativo da Câmara dos Deputados, mediante a edição de Lei Ordinária.
-
46. Se o oficial do registro civil recusar fazer ou retardar qualquer registro, averbação ou anotação, bem como o fornecimento de certidão, as partes prejudicadas poderão queixar-se à autoridade judiciária, a qual, ouvindo o acusado, decidirá dentro de cinco dias. Se for injusta a recusa ou injustificada a demora, o Juiz que tomar conhecimento do fato poderá impor ao oficial multa de um a dez salários mínimos da região, ordenando que, no prazo
- (A) de quarenta e oito horas, prorrogável por igual período, seja feito o registro, a averbação, a anotação ou fornecida certidão.
 - (B) de vinte e quatro horas, prorrogável por mais quarenta e oito horas, seja feito o registro, a averbação, a anotação ou fornecida certidão.
 - (C) de vinte e quatro horas, prorrogável por igual período, seja feito o registro, a averbação, a anotação ou fornecida certidão.
 - (D) improrrogável de vinte e quatro horas, seja feito o registro, a averbação, a anotação ou fornecida certidão.
 - (E) improrrogável de quarenta e oito horas, seja feito o registro, a averbação, a anotação ou fornecida certidão.



47. Considere as assertivas abaixo a respeito da delegação para o exercício da atividade notarial e de registro.

- I. Os concursos serão realizados pelo Poder Executivo, com a participação, em todas as suas fases, da Ordem dos Advogados do Brasil, do Ministério Público, de um notário e de um registrador.
- II. É pré-requisito obrigatório para se candidatar ao Concurso Público para delegação para o exercício da atividade notarial e de registro ser bacharel em direito, não se admitindo exceções.
- III. As vagas serão preenchidas alternadamente, duas terças partes por concurso público de provas e títulos e uma terça parte por meio de remoção, mediante concurso de títulos.
- IV. Não se permite que qualquer serventia notarial ou de registro fique vaga, sem abertura de concurso de provimento inicial ou de remoção, por mais de seis meses.

De acordo com a Lei nº 8.935/94, é correto o que se afirma APENAS em

- (A) II e III.
- (B) I, II e III.
- (C) III e IV.
- (D) II, III e IV.
- (E) I e IV.

48. De acordo com a Lei nº 6.015/73, em regra, os títulos, documentos e papéis escritos em língua estrangeira, uma vez adotados os caracteres comuns, para o efeito da sua conservação ou perpetuidade,

- (A) não poderão ser registrados no original e para valem contra terceiros, deverão ser vertidos em vernáculo e registrada a tradução.
- (B) não poderão ser registrados no original e para produzirem efeitos legais no País, deverão ser vertidos em vernáculo e registrada a tradução.
- (C) poderão ser registrados no original, mas para produzirem efeitos legais no País, deverão ser vertidos em vernáculo e registrada a tradução.
- (D) não poderão ser registrados no original e para produzirem efeitos legais no País, deverão ser vertidos em vernáculo, sendo desnecessário o registro da tradução.
- (E) poderão ser registrados no original, mas para produzirem efeitos legais no País, deverão ser vertidos em vernáculo, sendo desnecessário o registro da tradução.

49. Mário reside e é domiciliado no bairro azul e trabalha no bairro branco da cidade X e está adquirindo um imóvel no bairro amarelo para abertura de uma filial de sua empresa na mesma cidade. Neste caso, de acordo com a Lei nº 8.935/94, o tabelião de notas

- (A) deverá ser obrigatoriamente no bairro amarelo ou no bairro azul.
- (B) deverá ser obrigatoriamente no bairro branco.
- (C) deverá ser obrigatoriamente no bairro azul.
- (D) é de livre escolha, qualquer que seja o domicílio de Mário ou o lugar de situação do imóvel.
- (E) deverá ser obrigatoriamente no bairro amarelo.

50. Com relação a incompatibilidade e dos impedimentos é correto afirmar:

- (A) no serviço de que é titular, o notário e o registrador não poderão praticar, pessoalmente, qualquer ato de interesse de parentes colaterais afins de terceiro grau.
- (B) os serviços notariais e de registro de tabeliães de notas e tabeliães de protesto de títulos são sempre cumuláveis.
- (C) a diplomação, na hipótese de mandato eletivo, e a posse, nos demais casos, não implicará no afastamento da atividade.
- (D) o exercício da atividade notarial e de registro é compatível com o da advocacia.
- (E) o exercício da atividade notarial e de registro é incompatível com o de qualquer cargo, emprego ou função públicos, exceto se em comissão.

51. Os estágios da Receita Pública são as etapas consubstanciadas nas ações desenvolvidas e percorridas pelos órgãos e repartições. De acordo com a legislação brasileira, os estágios da Receita Pública são:

- (A) previsão, autorização, lançamento e recolhimento.
- (B) previsão, autorização, arrecadação e liquidação.
- (C) previsão, lançamento, arrecadação e pagamento.
- (D) previsão, lançamento, arrecadação e recolhimento.
- (E) previsão, autorização, arrecadação e recolhimento.

52. A Lei nº 4.320/64 determina que a Lei do Orçamento conterá a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do Governo. Sobre esta questão, integrarão a referida Lei: Sumário geral da receita por fontes e da despesa por funções do governo; Quadro demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas, na forma do anexo I;

- (A) Quadros demonstrativos da receita e planos de aplicação dos fundos especiais; Quadro demonstrativo do programa anual de trabalho do Governo.
- (B) Quadro discriminativo da receita por fontes e respectiva legislação; Quadro das dotações por órgãos do Governo e da Administração.
- (C) Quadro discriminativo da receita por fontes e respectiva legislação; Quadros demonstrativos da receita e planos de aplicação dos fundos especiais.
- (D) Quadro discriminativo da receita por fontes e respectiva legislação; Quadro demonstrativo do programa anual de trabalho do Governo.
- (E) Quadros demonstrativos da receita e planos de aplicação dos fundos especiais; Quadro das dotações por órgãos do Governo e da Administração.



53. A Contabilidade Governamental, segundo a organização político-administrativa, classifica-se em:
- (A) federal, estadual e municipal.
 - (B) orçamentária, financeira e patrimonial.
 - (C) orçamentária, financeira e de custos.
 - (D) orçamentária, financeira e gerencial.
 - (E) federal, estadual e regional.
-
54. A abertura de créditos adicionais suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa. Consideram-se recursos, desde que não comprometidos e deduzidos dos créditos extraordinários abertos no exercício, os oriundos de:
- I. superávit financeiro apurado em balanço financeiro de exercício anterior.
 - II. superávit do exercício corrente.
 - III. excesso de arrecadação.
 - IV. recursos com previsão de arrecadação através de leilão público de venda de imóveis dentro do exercício corrente.
 - V. anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei.
- De acordo com a Lei nº 4.320/64, é correto o que se afirma APENAS em
- (A) III, IV e V.
 - (B) II, IV e V.
 - (C) I, II e V.
 - (D) II, III e IV.
 - (E) I, III e V.
-
55. A liquidação é uma das fases da despesa pública e consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios. De acordo com a Lei nº 4.320/64, essa verificação tem por fim apurar
- (A) a origem e o objeto do que se deve pagar, a nota de empenho e a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação.
 - (B) o valor do orçamento aprovado, a nota de empenho e a quem se deve pagar a importância para extinguir a obrigação.
 - (C) o valor do orçamento aprovado, a nota de empenho e a importância exata a pagar para extinguir a obrigação.
 - (D) a origem e o objeto do que se deve pagar, o valor do orçamento aprovado e a quem se deve pagar a importância para extinguir a obrigação.
 - (E) a origem e o objeto do que se deve pagar, a importância exata a pagar e a quem se deve pagar a importância para extinguir a obrigação.
-
56. De acordo com a Lei nº 4.320/64, uma receita que pode ser considerada como de capital é aquela oriunda
- (A) do superávit do orçamento corrente.
 - (B) do recebimento de aluguéis de prédios públicos.
 - (C) da venda de produtos vegetais extraídos de propriedades do governo.
 - (D) do recebimento de prestação de serviços específicos de natureza administrativa.
 - (E) da receita de cobrança de dívida ativa.
-
57. De acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC T 16.1), Unidade Contábil é a entidade organizacional que possui patrimônio próprio e é classificada em:
- (A) Centralizada, Descentralizada, Unificada e Consolidada.
 - (B) Originária, Centralizada, Unificada e Consolidada.
 - (C) Originária, Descentralizada, Unificada e Consolidada.
 - (D) Originária, Centralizada, Descentralizada e Consolidada.
 - (E) Centralizada, Descentralizada, Originária e Unificada.
-
58. Os valores monetários recebidos de operações de crédito com a finalidade de atender a construção de obras de caráter emergencial em casos de calamidade pública durante o exercício financeiro constitui uma
- (A) receita extra-orçamentária.
 - (B) despesa extra-orçamentária.
 - (C) despesa orçamentária.
 - (D) receita orçamentária.
 - (E) redução de dívida fundada.
-
59. Os créditos adicionais são autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei do Orçamento Anual. Sobre os créditos adicionais é correto afirmar que
- (A) os créditos adicionais suplementares terão vigência máxima de 24 (vinte e quatro) meses a contar da data de sua abertura.
 - (B) os créditos especiais e suplementares serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo.
 - (C) os créditos especiais e suplementares serão abertos por decreto executivo que deles dará conhecimento imediato ao Poder Legislativo.
 - (D) os créditos especiais e suplementares serão autorizados por lei e não dependem da existência de recursos disponíveis para ocorrência da despesa.
 - (E) os créditos extraordinários serão abertos por decreto do Poder Executivo que deverá dar conhecimento ao Poder Legislativo no prazo máximo de 90 (noventa) dias.



60. *Conhecer e estudar os tipos de usuários é uma obrigação das instituições governamentais e dos responsáveis pelo sistema contábil do governo, pois o contribuinte tem o direito de conhecer a realidade, principalmente a partir da Lei Complementar nº 101/00, que estabelece a transparência como uma das premissas básicas da gestão responsável e instrumento para melhorar a interação entre o Estado e o cidadão.*
- (SILVA, Lino M., *Contabilidade Governamental*, 7.ed., São Paulo, Atlas, 2004, p. 202)
- Sob este prisma é correto afirmar que os usuários externos primários das informações contábeis do setor público são
- (A) o cidadão, os membros do Legislativo e os membros do Judiciário.
- (B) o cidadão, os membros do Executivo e os investidores e credores.
- (C) o cidadão, os membros do Legislativo e os investidores e credores.
- (D) o cidadão, os membros do Judiciário e os investidores e credores.
- (E) o cidadão, os membros do Executivo e os membros do Legislativo.
-
61. A classificação da despesa por categorias econômicas tem por finalidade indicar os efeitos que o gasto público tem sobre a economia. Como exemplo de despesa corrente, tem-se
- (A) os dispêndios relacionados com a amortização de dívidas contratadas.
- (B) a aquisição de material de uso permanente.
- (C) a aquisição de ações de empresas em funcionamento.
- (D) os dispêndios relacionados com a conservação de praças.
- (E) os dispêndios relacionados com a construção de rodovias.
-
62. A receita orçamentária compreende os recursos auferidos na gestão a serem computados na apuração do resultado do exercício. Constituem receita de capital as receitas
- (A) industrial, de operações de crédito e de alienação de bens.
- (B) tributária, de alienação de bens e receita patrimonial.
- (C) imobiliária, de valores mobiliários e agropecuária.
- (D) de serviços, patrimonial e de contribuições rurais.
- (E) de operações de crédito, de alienação de bens e de transferências de capital.
-
63. A Demonstração das Variações Patrimoniais evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício. Na execução do orçamento, um item que provoca um aumento efetivo no Patrimônio Público é
- (A) a inscrição de dívida ativa.
- (B) o pagamento de despesa com pessoal.
- (C) o pagamento de restos a pagar.
- (D) a alienação de bens móveis.
- (E) a arrecadação de receita de serviços.
-
64. No mês de setembro, o secretário de fazenda do município "XYZ" certificou-se da necessidade de alterar o orçamento para a inclusão de despesas com reforma da praça central, localizada em frente à igreja matriz da cidade, as quais não haviam sido previstas por falta de recursos financeiros no início do exercício, mas que naquele momento seria possível realizá-las, haja vista a existência de excesso de arrecadação devido ao crescimento econômico vivenciado pelo país durante o exercício financeiro. Neste caso, o Poder Executivo deveria
- (A) obter autorização legislativa e, em seguida, abrir créditos extraordinários, cuja vigência seria até o final do exercício seguinte desde que reabertos pelo seu saldo.
- (B) abrir créditos extraordinários e, em seguida, dar conhecimento ao Poder Legislativo, os quais teriam vigência até o final do exercício em que foram abertos.
- (C) abrir créditos suplementares em conformidade com autorização na Lei Orçamentária Anual, os quais teriam vigência até o final do exercício em que foram abertos.
- (D) obter autorização legislativa e, em seguida, abrir créditos especiais, cuja vigência seria até o final do exercício seguinte, desde que reabertos pelo seu saldo.
- (E) abrir créditos especiais e, em seguida, obter autorização legislativa, tais créditos teriam vigência até o final do exercício em que foram abertos.
-
65. A Controladoria do setor governamental está calcada no próprio objetivo institucional do Governo e nas metas por ele propostas, verificando de modo independente o grau de adesão dos agentes públicos às políticas determinadas, mediante análise do desempenho da gestão administrativa e dos controles existentes. De acordo com a Constituição Federal de 1988, o sistema de controle da administração pública dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário envolvem o controle externo executado
- (A) pela Controladoria Geral da União, com o auxílio do Tribunal de Contas da União, o sistema de controle interno de cada um dos Poderes e o sistema de controle externo integrado pelos três poderes.
- (B) pela Controladoria Geral da União, com o auxílio do Tribunal de Contas da União, o sistema de controle interno de cada um dos Poderes e o sistema de controle interno integrado pelos três poderes.
- (C) pelo Congresso Nacional, com o auxílio da Controladoria Geral da União, o sistema de controle interno executado pelo poder executivo e o sistema de controle interno integrado pelos três poderes.
- (D) pelo Congresso Nacional, com o auxílio do Tribunal de Contas da União, o sistema de controle interno de cada um dos Poderes e o sistema de controle externo integrado, mantido em conjunto pelos três poderes.
- (E) pelo Congresso Nacional, com o auxílio do Tribunal de Contas da União, o sistema de controle interno de cada um dos Poderes e o sistema de controle interno integrado pelos três poderes.



66. O Prefeito do Município de AlfaBetaOmega solicitou ao seu Secretário de Planejamento que verificasse os dados de arrecadação do ano de 20X2, visando a abertura de créditos adicionais suplementares. Os dados são os que seguem:

Dados	Valores em R\$
1. Previsão de receita para o exercício de 20x2	\$ 1.000.000
2. Arrecadação no período de janeiro a julho de 20x2	\$ 600.000
3. Arrecadação no exercício de 20x1 – janeiro a julho	\$ 500.000
4. Arrecadação no exercício de 20x1 – agosto a dezembro	\$ 400.000
5. Créditos adicionais extraordinários abertos no exercício de 20x2	\$ 20.000

De acordo com as informações acima e supondo que o crescimento na arrecadação dos meses de agosto a dezembro de 20x2 seguirá a tendência verificada entre os meses de janeiro a julho de 20x2, o saldo de excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares em 20x2 será de

- (A) R\$ 60.000
- (B) R\$ 80.000
- (C) R\$ 120.000
- (D) R\$ 180.000
- (E) R\$ 200.000

Atenção: Para responder às questões de números 67 e 68, considere os dados relacionados abaixo.

No primeiro exercício financeiro da Prefeitura Municipal de Três Morrinhos, com base na LOA (Lei Orçamentária Anual), a previsão de receita e a fixação de despesa no valor de R\$ 2.000.000 foram contabilizadas no Sistema Orçamentário da seguinte forma:

Registro da aprovação do Orçamento	D – Receita a realizar..... R\$ 2.000.000
	C – Previsão inicial da Receita..... R\$ 2.000.000
Aprovação de créditos iniciais, segundo a LOA	D – Crédito inicial..... R\$ 2.000.000
	C – Crédito disponível..... R\$ 2.000.000

Durante o exercício financeiro, ocorreram os seguintes eventos contábeis:

- I. Arrecadação de impostos no valor de R\$ 1.200.000.
- II. Empenho, liquidação e pagamento de despesas com pessoal no valor de R\$ 700.000.
- III. Empenho e liquidação referente a aquisição de veículo no valor de R\$ 100.000.
- IV. Empenho, liquidação e pagamento de despesas com água, luz e telefone no valor de R\$ 200.000.
- V. Recebimento em doação de um imóvel no valor de R\$ 50.000.

67. Após os lançamentos dos eventos contábeis, o Passivo Financeiro é de, em reais,

- (A) 1.000.000,00
- (B) 300.000,00
- (C) 150.000,00
- (D) 100.000,00
- (E) 0

68. Após os lançamentos dos eventos contábeis, o Ativo Real Líquido é de, em reais,

- (A) 550.000,00
- (B) 400.000,00
- (C) 450.000,00
- (D) 300.000,00
- (E) 350.000,00



Atenção: Para responder às questões de números 69 e 70, considere os dados relacionados abaixo.

A Prefeitura do Município de Três Ondas apresentou em 31/12/2008 o seguinte Balancete de Verificação.

Balancete de Verificação encerrado em 31/12/2008 – Valores em R\$

Conta	Saldo inicial		Movimento do exercício		Saldo Final	
	Débito	Crédito	Débito	Crédito	Devedor	Credor
Bancos Conta Movimento	20.000,00		50.000,00	1.000,00	69.000,00	
Despesa Orçamentária			32.000,00		32.000,00	
Despesa não Liquidada a Pagar			32.000,00	32.000,00		
Despesa Liquidada a Pagar			21.000,00	21.000,00		
Restos a Pagar Processados		20.000,00	1.000,00	21.000,00		40.000,00
Restos a Pagar não Processados				11.000,00		11.000,00
Bens Móveis			20.000,00		20.000,00	
Receita a realizar			200.000,00	50.000,00	150.000,00	
Receita realizada			50.000,00		50.000,00	
Crédito inicial			200.000,00		200.000,00	
Responsabilidade de Valores, títulos e bens			12.000,00	1.000,00	11.000,00	
Previsão inicial de Receita				200.000,00		200.000,00
Crédito disponível			32.000,00	200.000,00		168.000,00
Crédito empenhado a liquidar			21.000,00	32.000,00		11.000,00
Crédito empenhado liquidado				21.000,00		21.000,00
Valores, Títulos e bens sob Responsabilidade			1.000,00	12.000,00		11.000,00
Equipamentos e material permanente			20.000,00		20.000,00	
Receita Orçamentária				50.000,00		50.000,00
Mutação Ativa				20.000,00		20.000,00
Varição Ativa Independente da Execução Orçamentária				20.000,00		20.000,00
Totais	20.000,00	20.000,00	692.000,00	692.000,00	552.000,00	552.000,00

Por ocasião da aprovação da LOA para o ano de 2008, as receitas foram previstas e as despesas fixadas em R\$ 200.000,00

69. De acordo com as informações da LOA e do Balancete de Verificação, o Ativo Real e o Ativo Real Líquido, respectivamente, em 31/12/2008, foram de
- (A) R\$ 89.000,00 e R\$ 58.000,00
- (B) R\$ 89.000,00 e R\$ 49.000,00
- (C) R\$ 109.000,00 e R\$ 69.000,00
- (D) R\$ 109.000,00 e R\$ 58.000,00
- (E) R\$ 89.000,00 e R\$ 38.000,00
-
70. De acordo com as informações da LOA e do Balancete de Verificação, o resultado de execução do orçamento e o resultado financeiro, respectivamente, foram de:
- (A) Superávit de R\$ 18.000,00 e Superávit de R\$ 49.000,00
- (B) Superávit de R\$ 29.000,00 e Superávit de R\$ 49.000,00
- (C) Superávit de R\$ 39.000,00 e Superávit de R\$ 49.000,00
- (D) Superávit de R\$ 18.000,00 e Superávit de R\$ 38.000,00
- (E) Superávit de R\$ 18.000,00 e Superávit de R\$ 18.000,00